

6

La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana

ANTONIO PIZZO
(Ed.)



MYTRA

monografías y trabajos
de arqueología

6

La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana

Mérida, 2020

La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana.

Editor: Antonio Pizzo.

Año: 2020

Colección: MYTRA, Monografías y Trabajos de Arqueología. Instituto de Arqueología, Mérida (CSIC-Junta de Extremadura). Número 6.

Páginas: 464 + ilustraciones.

D.L.: BA-798-2020

I.S.B.N.: 978-84-09-25720-1

Citar como:

Pizzo, A. (Ed.) 2020: La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana, *Mytra* 6, Mérida.

Esta publicación se ha financiado con el proyecto de investigación del Plan Nacional de I+D: La arquitectura romana de la Lusitania. Producción y economía de los procesos de perduración, transformación e innovación técnica (HAR2015-64392-C4-3-P).

Convocatorias 2015. Proyectos EXCELENCIA y Proyectos RETOS

Dirección General de Investigación Científica y Técnica, Subdirección General de Proyectos de Investigación.



© Instituto de Arqueología, Mérida (CSIC-Junta de Extremadura).

© Antonio Pizzo (ed.) y de cada texto, su autor.

Maquetación, composición e impresión:

MÉRIDA JPG IMPRESIÓN DIGITAL. Mérida (Spain)

Antonio Pizzo
(Ed.)

La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana

MYTRA
MEMORIAS Y TRABAJOS DE ARQUEOLOGÍA

COMITÉ EDITORIAL

Dirección:

Sebastián Celestino Pérez y Pedro Mateos Cruz (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)

Secretaría:

Carlos J. Morán Sánchez (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)

Vocales:

Juan Pedro Bellón Ruíz (Universidad de Jaén)
Javier Bermejo Meléndez (Universidad de Huelva)
Luis Berrocal Rangel (Universidad Autónoma de Madrid)
Jesús García Sánchez (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)
Francisco Gracia Alonso (Universidad de Barcelona)
Victorino Mayoral Herrera (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)
Almudena Orejas Saco del Valle (Centro de Ciencias Humanas y Sociales-CSIC)
César Parcer o Oubiña (Instituto de Ciencias del Patrimonio-CSIC)
Luís Gethsemaní Pérez Aguilar (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)
Antonio Pizzo (Escuela Española de Historia y Arqueología, Roma -CSIC)
Esther Rodríguez González (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)
Oliva Rodríguez Gutierrez (Universidad de Sevilla)
Trinidad Tortosa Rocamora (IAM, CSIC-Junta de Extremadura)
Mar Zarzalejos Prieto (Universidad Nacional de Educación a Distancia)

COMITÉ CIENTÍFICO

Pablo Arias (Universidad de Cantabria)
María Carme Belarte (Institut Català d'Arqueologia Clàssica)
Massimo Botto (Istituto di Studi sul Mediterraneo Antico)
Stefano Camporeale (Università di Siena)
Teresa Chapa (Universidad Complutense de Madrid)
Alexandra Chavarría (Università di Padova)
Jordi Cortadella (Universitat Autònoma de Barcelona)
Sophie Gillotte (Centre National de la Recherche Scientifique)
Sonia Gutierrez (Universidad de Alicante)
Alberto Lorrio (Universidad de Alicante)
Dirce Marzoli (DAI, Instituto Arqueológico Alemán-Madrid)
Gloria Mora (Universidad Autónoma de Madrid)
Ignacio Pavón (Universidad de Extremadura)
Sebastián Ramallo (Universidad de Murcia)
Elisa da Sousa (Universidade de Lisboa)
Xavier Terradas (Institució n Milà y Fontanals-CSIC)
Frank Vermeulen (Ghent University)

ÍNDICE GENERAL

INTRODUCCIÓN

Antonio Pizzo.....	11
--------------------	----

CAPÍTULO 1

El proyecto de investigación: “La arquitectura romana de la Lusitania. Producción y economía de los procesos de transformación e innovación técnica” (HAR2015-64392-C4-3-P)

Antonio Pizzo	19
---------------------	----

CAPÍTULO 2

Configuración administrativo-territorial de la provincia Lusitania. Desde su creación al periodo islámico (ss. I a.n.e. – VIII)

Tomás Cordero Ruiz.....	31
-------------------------	----

CAPÍTULO 3

Distribución geográfica y análisis de las viviendas romanas de la Lusitania

CONVENTUS EMERITENSIS

3.1 Augusta Emerita (Mérida, España)	
Álvaro Corrales Álvarez.....	47
3.2 Augustobriga (Talavera La Vieja, España)	
Álvaro Corrales Álvarez.....	67
3.3 Avila (Ávila, España)	
Álvaro Corrales Álvarez.....	75
3.4 Caesarobriga (Talavera de la Reina, España)	
Sergio de la Llave Muñoz.....	87
3.5 Capera (Cáparra, España)	
Ana Bejarano Osorio.....	109
3.6 Caurium (Coria, España)	
Álvaro Corrales Álvarez.....	117
3.7 Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)	
José Cristóvão, Pedro C. Carvalho, Ricardo Costeira da Silva, Adolfo Fernández Fernández, Patricia Dias	125

3.8	<i>Colonia Norbensis Caesarina</i> (Cáceres, España)	
	Álvaro Corrales Álvarez.....	135
3.9	<i>Salmantica</i> (Salamanca, España)	
	Álvaro Corrales Álvarez.....	143
3.10	<i>Vissaium</i> (Viseu, Portugal)	
	Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho.....	153

CONVENTUS PACENSIS

3.11	<i>Caetobriga</i> (Setúbal, Portugal)	
	Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares.....	165
3.12	<i>Ebora Liberalitas Iulia</i> (Évora, Portugal)	
	André Carneiro.....	177
3.13	<i>Laccobriga</i> . Ruínas romanas de Monte Moliao (Lagos, Portugal)	
	Ana Margarida Arruda, Carlos Pereira, Elisa de Sousa.....	183
3.14	<i>Mirobriga</i> (Santiago do Cacém, Portugal)	
	José Carlos Quaresma, Catarina Felício, Filipe Sousa, André Gadanho, Raquel Guimarães, Rodrigo Banha da Silva.....	195
3.15	<i>Myrtilis</i> (Mértola, Portugal)	
	Virgílio Lopes.....	209
3.16	<i>Pax Iulia</i> (Beja, Portugal)	
	María Conceição Lopes.....	217
3.17	<i>Ossonoba</i> (Faro, Portugal)	
	João Pedro Bernardes.....	227
3.18	Ruínas Romanas de Tróia - Casa da Rua da Princesa (Grândola, Portugal)	
	Jorge de Alarcão, Inês Vaz Pinto, Ana Patrícia Magalhães, Patrícia Brum.....	233
3.19	Ruínas Romanas de Tróia - Casa da Oficina de Salga 6 (Grândola, Portugal)	
	Inês Vaz Pinto, Ana Patrícia Magalhães, Filipa Santos, Patrícia Brum.....	245

CONVENTUS SCALABITANUS

3.20	<i>Aeminium</i> (Coimbra, Portugal)	
	Helena Catarino, Ricardo Costeira da Silva, Sónia Felipe, Pedro C. Carvalho.....	257
3.21	<i>Collippo</i> (Leiria/Batalha, Portugal)	
	João Pedro Bernardes.....	267
3.22	<i>Conimbriga</i> (Condeixa-a-Velha, Portugal)	
	Virgílio Hipólito Correia.....	273
3.23	<i>Felicitas Iulia Olispo</i> (Lisboa, Portugal)	
	Lídia Fernandes.....	297

CAPÍTULO 4

Decoración doméstica en mármol de *Augusta Emerita*

Trinidad Nogales Basarrate..... 311

CAPÍTULO 5

Relações entre a ornamentação pública e privada nas cidades da Lusitânia

Lidia Fernandes..... 343

CAPÍTULO 6

La casa urbana hispano-romana como espacio comercial. El caso lusitano

Macarena Bustamante Álvarez..... 375

CAPÍTULO 7

Arquitectura residencial urbana en Lusitania en la Antigüedad tardía.

Topografía, edilicia y dinámicas de transformación

Pedro Mateos Cruz, Isabel Sánchez Ramos..... 397

CAPÍTULO 8

Balances y perspectivas sobre la arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana

Antonio Pizzo..... 433

3.22 CONIMBRIGA (CONDEIXA-A-VELHA, PORTUGAL)³⁸

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA*

1. INTRODUÇÃO

Ocupando quase metade da área da cidade (quer na fracção escavada, quer na estimativa que pode fazer-se para a totalidade da área), a arquitectura doméstica era, em Conimbriga, um elemento fundamental na construção da paisagem urbana oferecida aos transeuntes.

Os quatro exemplos aqui apresentados ilustram a variabilidade das unidades residenciais, não exactamente de acordo com a tipologia que delas foi estabelecida (Correia 2013, 317-320), mas na perspectiva mais fenomenológica da unidade urbana constituída pela insula (nesta única circunstância, na acepção de “quarteirão”, não de edifício residencial).

Esta perspectiva fenomenológica é também muito significativa, quanto permite intuir um elemento que, não tendo expressão arquitectónica autónoma na maior parte dos casos, é, no entanto, o espaço efectivamente vivido pelos habitantes, quando fora da sua residência privada: a rua.

Os edifícios definem as ruas, como espaço intersticial aberto à circulação (Saliou 2007, 81-87). Tanto é assim que, nalguns casos, a rua é mais o somatório linear de espaços abertos ligados entre si, e menos um eixo de circulação programaticamente definido. Conimbriga oferece bons exemplos de um e outro caso: a ligação entre o *vicus novus* e a parte velha do *oppidum*, centrada na praça das termas, por um lado; e as ruas à volta do fórum em época post-flaviana, por outro.

Deste ponto de vista, a morfologia dos edifícios domésticos e a estratégia de abertura aos espaços circundantes que os seus proprietários construtores escolheram, é essencial. Casas fechadas, ou casas francamente abertas, com as suas fachadas partilhadas por múltiplas *tabernae* ou outros espaços, abrindo directamente para a rua ou mediando esse contacto com um pórtico, outras tantas soluções condicionando o sistema de cenários (Rapoport 1990, 9-20) em que os elementos da paisagem se integram, com que interagem e que contribuem para definir.

* Museu Monográfico de Conimbriga, DGPC; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, UC
virgiliocorreia@mmconimbriga.dgpc.pt

³⁸Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2019, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Research Developed under the Project UID/ELT/00196/2019, funded by the Portuguese FCT – Foundation for Science and Technology.

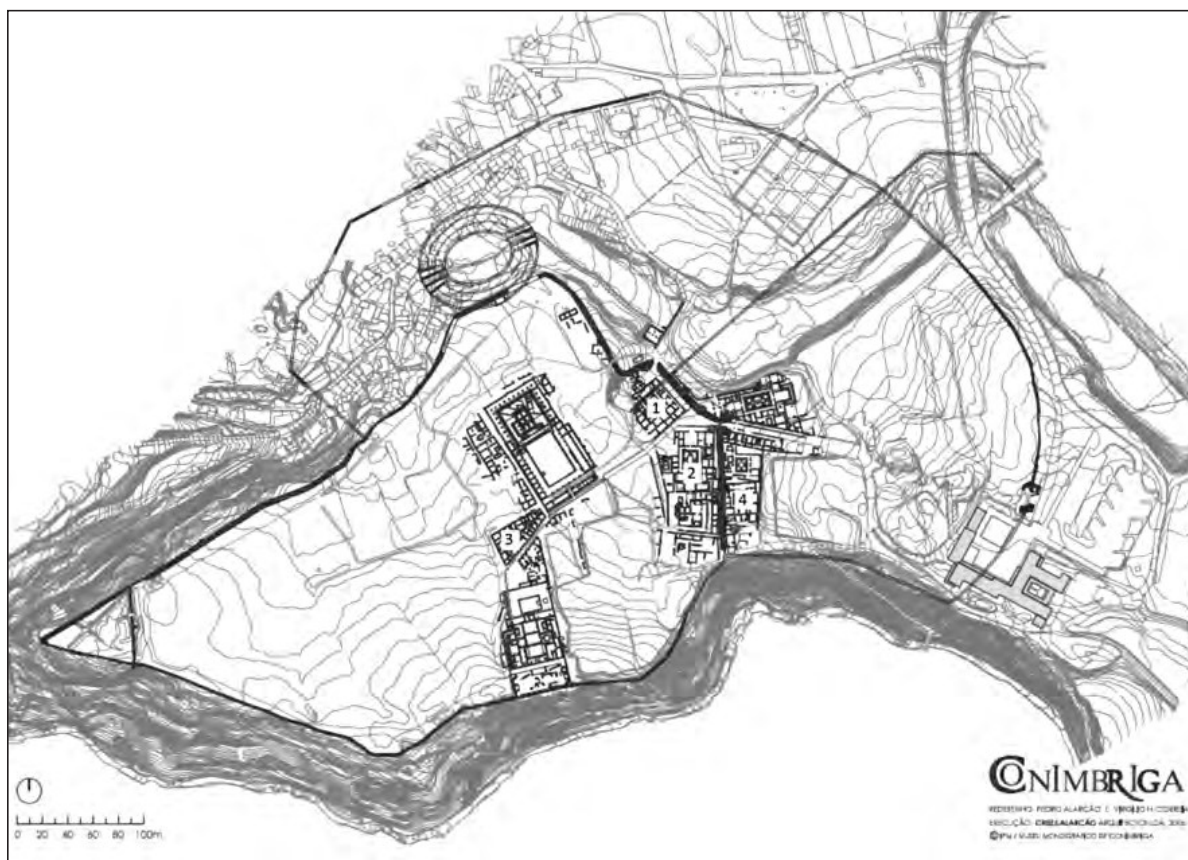


Fig. 1. Localização dos edifícios seleccionados na cidade de Conimbriga: 1 – Insula do Aqueduto; 2 – Casa atribuída a Cantaber; 3 – Insula do vaso fálco; 4 – Casa dos esqueletos. Planta: Correia e Alarcão 2008, est. VI ©MMC/DGPC.

2. CONIMBRIGA 1: A INSULA DO AQUEDUTO

A insula do aqueduto em Conimbriga fica situada junto à via central da cidade, adossada à parte terminal do traçado aéreo do aqueduto, junto do *castellum aquae*. Este adocamento é um elemento fundamental da datação do próprio edifício: o aqueduto data da primeira grande intervenção romana na cidade, cerca de 10 a.C. (Alarcão e Etienne 1977: 63-64; Reis 2015: 157-161), e o edifício não será muito posterior, tratando-se, portanto, de uma construção de plena época augustana.

Nesse momento, a área onde a insula é edificada constitui uma zona de recente integração no perímetro urbano de Conimbriga, uma espécie de *vicus novus* (Correia 2004: 269-270; Correia e Alarcão 2008: 43), adicionado à antiga extensão do povoado pré-romano graças ao sobre-dimensionamento do perímetro da muralha augustana.

A articulação dos vários pisos da insula do aqueduto, bem como de outros edifícios construídos na mesma época, contribuiu também para regularizar uma zona de declives de complexa articulação, permitindo (com o viaduto que lhe fica próximo), o atravessamento da cidade pela via *Olisippo-Bracara* sem dificuldades de maior (Correia 2004: 272-273).

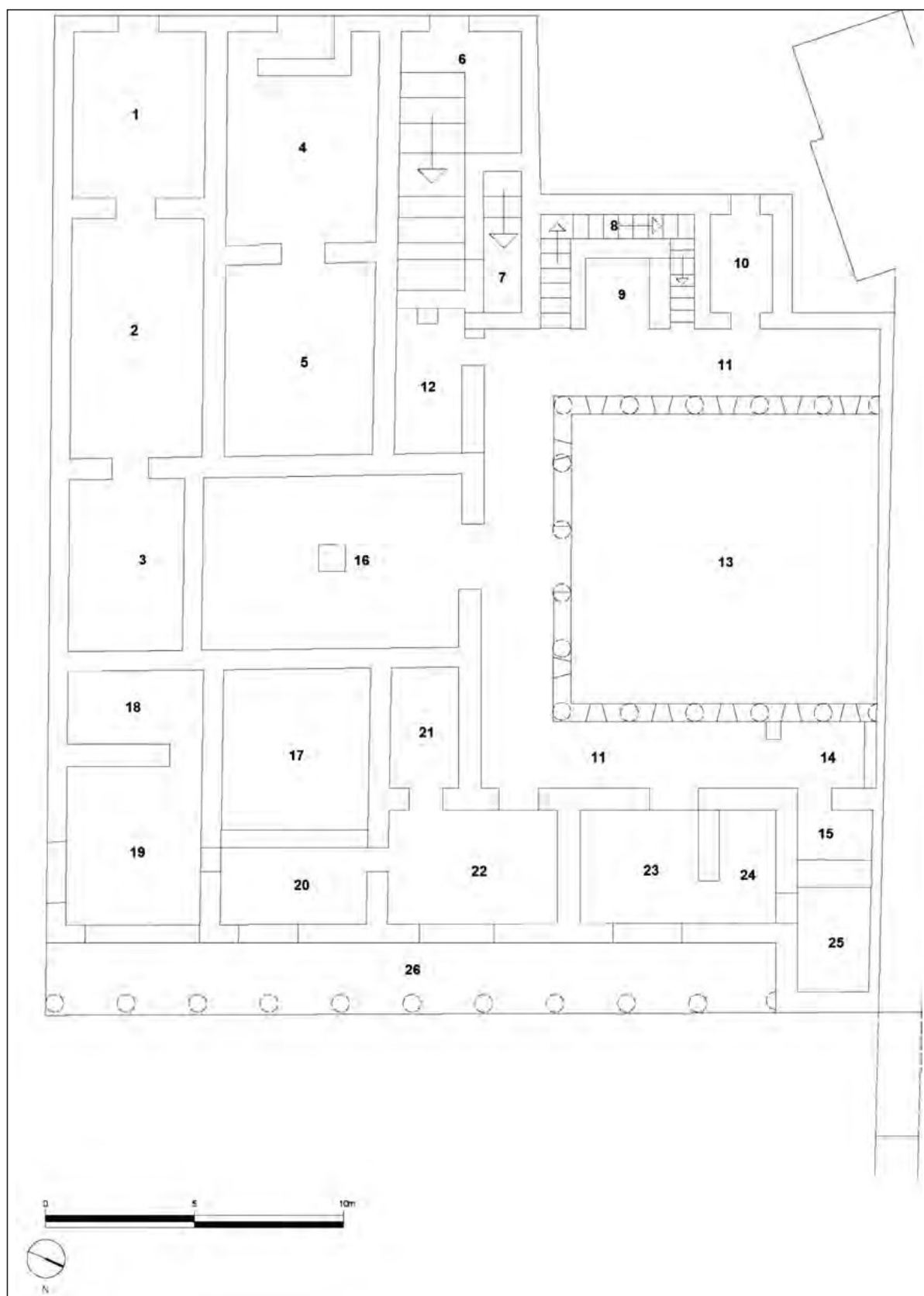


Fig. 2. Insula do aqueduto: plano de conjunto ©MMC/DGPC.



Fig. 3. Insula do aqueduto: vista geral. Foto J. P. Ruas©ADF/DGPC

2.2 HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

A Insula do aqueduto foi escavada nas primeiras campanhas sistemáticas da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Conimbriga, entre 1930 e 1936 (DGEMN 1948: fig. 17-18), infelizmente sem preocupações com a recolha de materiais e o registo de estratigrafias.

O edifício só voltou a ser seriamente examinado já no séc. XXI, quer no que diz respeito à sua arquitectura (Correia 2013: 126-132; Alarcão 2018: I 30-31; II 46), quer no que diz respeito à engenharia hidráulica que lhe é própria (Reis 2015: 184-186). No entanto, há outras referências dispersas a ele, nomeadamente no que diz respeito à sua proximidade com a via e a algumas referências, deficientemente interpretadas, que indicariam a sua identificação como uma *mansio* (Mantas 2012: 190).

2.3 ARQUITECTURA

A insula do aqueduto ocupa um quadrilátero de 33 x 28 m (aprox.) de que o lado longo maior se adossa ao aqueduto, a Norte; este facto obrigou a que esse quadrilátero fosse recortado, no canto Noroeste, numa área de 10 x 11 m, para acomodar o *castellum aquae*.

A planta do edifício mostra uma repartição em três sectores distintos, do ponto de vista funcional e das acessibilidades:

- a Leste o edifício abre-se por um pórtico (nº 26) que alberga as entradas para três unidades distintas, “*tabernae con rettrobotteghe*”, para usar a terminologia de Girri (1956: 6-7), com áreas variáveis entre 35 e 40 m² e duas a três salas cada (nºs 23-25, 20-22 e 18-19).
- a Oeste, surgem dois espaços de caracterização idêntica, mas de maiores dimensões (64 – 83 m²; nºs 1-3 e 4-5) e, na zona recortada para acomodar o *castellum aquae*, três espaços de circulação – contando de norte, em primeiro lugar, as *fauces* de acesso ao peristilo central do edifício (nº 10); depois, a caixa das escadas de acesso à cave (nº 8), que parecem deixar uma pequena *cella ostiaria* (de vigilância do criptopórtico ?; nº 9) e, por último o acesso à caixa das escadas que davam acesso ao piso superior (nºs 6 e 7).
- finalmente, o sector central do edifício, em que é proeminente a presença de um pátio, porticado (nº 13) em três lados sobre um criptopórtico iluminado por janelas altas e um grande compartimento,

que ao nível da cave é suportado por um pilar central, e que pode ter funcionado como *triclinium* nos pisos superiores (nº 16).

Um elemento essencial da arquitectura deste edifício é, de facto, o número de pisos. A planta actualmente visível corresponde ao nível das caves, sendo o piso térreo reconstituível, numa planta idêntica, através da restituição possível das janelas do criptopórtico, que se conjuga com a cota das ruas circundantes.

As escadas antes referidas, indicam a presença de, pelo menos, dois pisos superiores. Destes, no entanto, não há garantias de que a planta fosse idêntica ou se o uso de materiais mais leves permitiria uma repartição distinta dos compartimentos. Outra questão ainda, prende-se com a tipologia do pórtico Leste: poderia tratar-se de um pórtico de pilares, embebido no corpo do edifício que, nesse caso, suportaria uma extensão maior das unidades residenciais desses pisos superiores. Esta hipótese é ainda indicada pelo facto aparente de o compartimento nº 17 ser de facto um *impluvium* não porticado, para onde se abriam *maeniana*.

O número e a morfologia dos *cenacula* dos pisos superiores não podem, portanto, ser determinados com exactidão. Se os pisos dispunham de uma área útil de c. 650m² (a área da insula menos a área ocupada pelos acessos e pelo peristilo central), 3 ou 4 unidades residenciais distintas em cada piso, oscilando entre 160 e 215 m², ainda colocariam esses *cenacula* dentro da gama média-alta das residências de Conimbriga (Grupo D; Correia 2013: 318-320) e, para o prestígio dessas unidades residenciais, certamente contribuiria o aparato arquitectónico, as amenidades oferecidas, como as latrinas do criptopórtico, e outros aspectos, como a presença de *cellae ostiariae*.

2.4 FASES EDILÍCIAS

Ao contrário de outros edifícios de Conimbriga, quer domésticos quer públicos, a insula do aqueduto não parece ter sofrido quaisquer remodelações importantes ao longo da sua vida, que se deve ter estendido até à Alta Idade Média (sem que disponhamos de informações sobre as suas condições de conservação no período terminal da sua utilização).

A única modificação significativa que sofreu foi a transformação do peristilo central em cisterna. As condições de escavação não devolveram quaisquer informações sobre a cronologia desta transformação, mas ela pode ser associada a um facto idêntico ocorrido no criptopórtico do fórum (Alarcão e Etienne 1977: 145-146).

2.5 REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA EDILÍCIA

A insula do aqueduto é integralmente construída em alvenaria de tufo calcário local, classificável como *opus incertum*. Ao contrário de outros edifícios da cidade, não parece existir qualquer recurso ao tijolo na construção de ombreiras e outros pormenores arquitectónicos (à exceção da zona das latrinas).

É visível, na zona melhor conservada do criptopórtico, o recurso a um dispositivo decorativo muito interessante mas pouco referenciado. A superfície do *opus incertum* foi irregularmente rebocada, mantendo apenas parte das pedras à vista, e sobre a argamassa das juntas foi traçada a ponta fresca o desenho de um *opus vittatum* mais regular. Este dispositivo foi referenciado em Conimbriga, pela primeira vez, nas *tabernae* do fórum augustano (Alarcão e Etienne 1977: 34; Pl. 67-4) e é conhecido noutro monumento: o viaduto da via de Aeminium.



Fig. 4. Disposição do *opus incertum* na Insula do aqueduto. Foto H. Rendeiro©MMC/DGPC.

2.6 DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA, PARIETAL E MUSIVA

Nada foi registado, no contexto da escavação, quanto ao aparato decorativo do edifício, podemos portanto supor que este não teve nem mosaicos nem pinturas a decorá-lo, mas registe-se que nenhum alçado da parte residencial do edifício sobreviveu, pelo que não é impossível que tal decoração tenha existido.

Quanto ao aparato arquitectónico, todavia, há uma boa hipótese de restituição de elementos arquitectónicos à estrutura do peristilo central, com a colunata do piso térreo de ordem toscana e a do piso superior com bases áticas (e talvez capitéis coríntios). Repousando sobre o dado correspondente ao clerestório do criptopórtico, este significativo aparato arquitectónico suportaria, por sua vez, o alçado do terceiro piso, porventura não porticado e com uma possível aparência de ático, mas esse elemento não é restituível com os dados disponíveis.

Esta restituição confere ao edifício uma qualidade de projecto e execução insuspeitada no edifício – que se pode considerar inspirada em modelos como o da Casa do Hermes, em Delos (Delorme 1953, 455-463) – que, sendo o primeiro edifício residencial completamente escavado em Conimbriga, foi ao longo de décadas, uma dos mais negligenciados pela investigação.

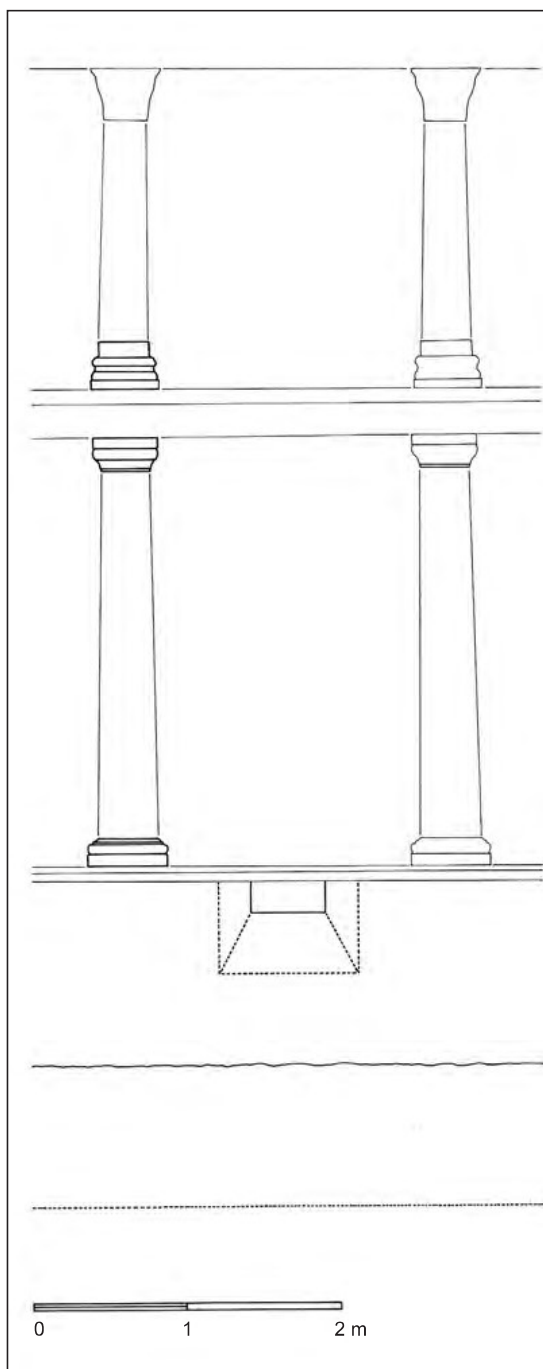


Fig. 5. Restituição conjectural da ordem toscana no peristilo da Insula do aqueduto. ©MMC/DGPC.

2.7 CONTEXTO URBANO E *INSTRUMENTUM DOMESTICUM*

Edifício monumental, ainda que manifestamente utilitário na sua finalidade e económico no seu aparato arquitectónico, a insula do aqueduto gozou de uma posição central na cidade e o seu adossamento a um edifício público não pode deixar de testemunhar o contexto da sua construção original.

Como dito, sabe-se pouco da sua ocupação, por vicissitudes da própria escavação. Está neste caso a sua classificação como *mansio*, que não se poderá manter, considerando a inadequação da arquitectura ao aparato que esses equipamentos tiveram (Daremberg e Saglio 1877: 1649 s.v. *cursus publicus*); a identificação menos marcada, como eventual elemento da *mutatio* que, por sua natureza, a própria cidade teria, é sem dúvida uma possibilidade, mas não comprovada.

De realçar, todavia, a instalação, numa das *tabernae* da ala Leste, de um forno, que pela sua tipologia, talvez se tenha destinado a cozer pão. O edifício fica fronteiro à zona onde se instalou, em época não determinada, uma azenha, de carácter



Fig. 6. Forno da Insula do aqueduto. Foto H. Rendeiro ©MMC/DGPC.

certamente público (Brun 1997a: 30-31) e a associação entre ambos os equipamentos é muito sugestiva, tal como é, considerando a cronologia apontada, a ligação deste edifício a uma presença precoce de um contributo romano-italico na cidade, epigraficamente representado por *Lucius Papirius*, o mais antigo cidadão romano aqui conhecido (Etienne et al. 1976: 51, nº 25).

3. CONIMBRIGA 2: A CASA ATRIBUÍDA A CANTABER

3.1 INTRODUÇÃO E LOCALIZAÇÃO TOPOGRÁFICA

Entre as insulas que a intervenção augustana criou na grande zona de extensão do povoado pré-romano de Conimbriga, que se pode designar de *vicus novus* (Correia 2004: 269-270), a maior delas, com mais de 3200m² de extensão, veio a ser ocupada por uma casa que foi associada, sem dados completamente probantes, a um indivíduo de nome Cantaber que habitou em Conimbriga no séc. V (Tranoy 1974, I 170-171).

Os materiais recolhidos mostram que existiu muito provavelmente no local alguma ocupação em período pré-romano (que provavelmente não seria, nesse momento, propriamente urbana, mas sim de carácter extra-murano) e essas possíveis pré-existências poderão explicar a irregularidade do plano da insula, que se manteve ao longo de toda a sua ocupação (Correia e Alarcão 2008: 41-43).

A grande residência não constituiu a primeira intervenção no local. Primitivamente (em época augusto-tiberiana), a insula é delimitada e parcialmente dividida, mas a sua ocupação não é intensa, podendo sugerir-se que é utilizada como espaço de apoio às restantes intervenções urbanísticas e arquitectónicas na área, como ocorre na *Insula dei dipinti*, em Ostia I.IV.2-4 (De Laine 1995: 82-84; Correia 2013: 291, n. 494).

3.2 HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

A Casa atribuída a Cantaber foi o primeiro edifício inteiramente escavado e aberto à visita pública em Conimbriga, entre 1930 e 1936, infelizmente com um método que, retrospectivamente, pode ser julgado deficitário em rigor e em preocupação documental: pouco se sabe dessas escavações ou das condições estruturais do edifício previamente à grande operação de restauro que sofreu (Correia 2012, 12-17).

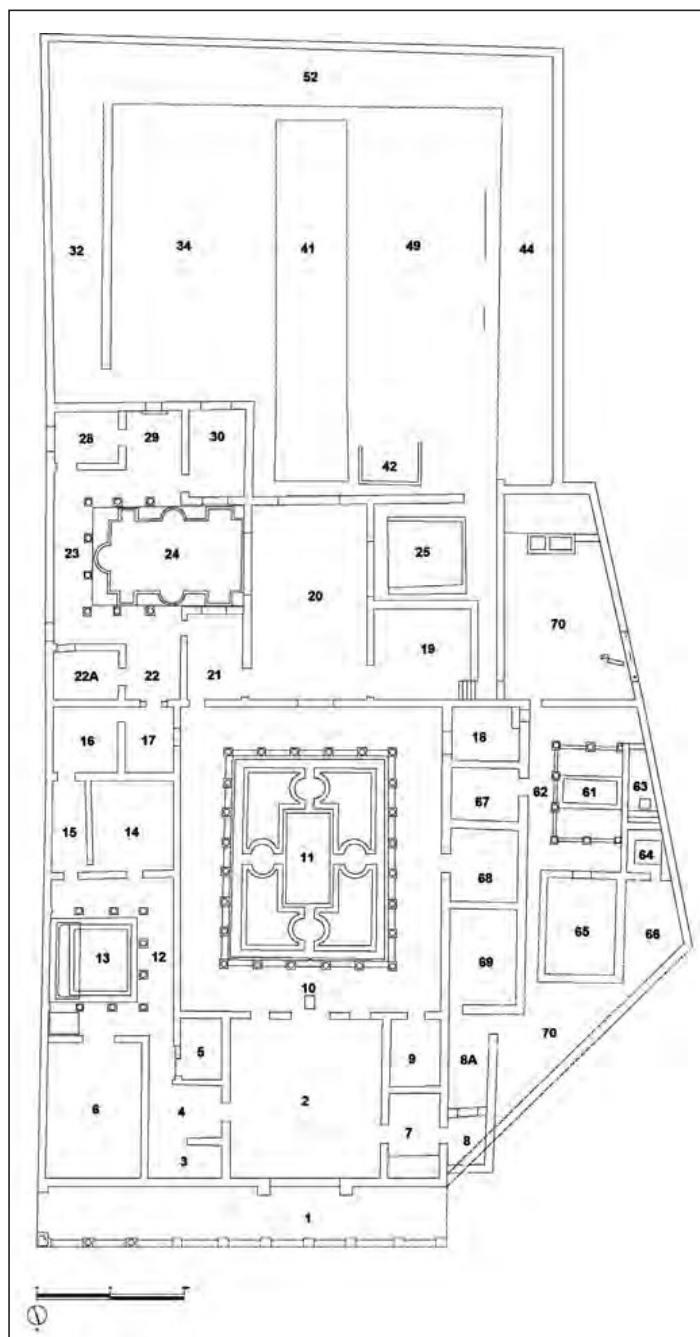


Fig. 7. Casa atribuída a Cantaber: plano de conjunto da fase II. ©MMC/DGPC.



Fig. 8. Casa atribuída a Cantaber: vista geral. Foto J. P. Ruas ©ADF/DGPC.

O nome dado à casa (frequentemente “Casa de Cantaber” apenas), prende-se com uma menção do *Chronicon* de Hidácio de Chaves, que menciona Cantaber como um *nobilissimus* habitante da cidade (Tranoy 1974, v.I, 170 § 229; Alarcão et al. 1979, 244), e com a verificação da grande dimensão da residência em época coeva dessa menção. Esta associação e o reconhecimento da importância da sua arquitectura para a apreciação global da arquitectura conimbrigense, designadamente no que diz respeito aos jardins, resumem todo o avanço do conhecimento sobre a casa nos sessenta anos posteriores à sua escavação, incluindo aqui um exercício de análise arquitectónica (Ferrão 1996).

A casa atribuída a Cantaber foi objecto de um novo programa de escavações arqueológicas entre 1995 e 1998 (Correia 2001), após o que a sua arqueologia e arquitectura entraram numa nova fase de estudo e divulgação.

3.3 ARQUITECTURA

A grande insula que a casa ocupa foi alvo de uma divisão que, não perfeitamente modulada, rege a arquitectura da casa. A subdivisão mais evidente é a de cerca de um terço dessa insula que foi dedicada a um grande *viridarium*, no extremo meridional da insula.

Os dois terços restantes são ocupados, antes de mais, pelo eixo central: *porticus*, *vestibulum*, *peristylum*, *triclinium*; este eixo prolongava-se, visualmente, para o próprio *viridarium*, através das janelas do *triclinium*, alinhadas com um *canopus* no centro do espaço ajardinado.

A cada um dos lados deste eixo central instalaram-se os elementos domésticos significativos: a Oeste, na zona de geometria irregular da insula, os espaços de serviços, centrados num peristilo próprio, com acesso directo ao exterior e à *culina* e com ligação indirecta à zona norte, através de um corredor desembocando na *cella ostiaria*; a Leste dois conjuntos de compartimentos, cada um com seu peristilo (Correia 2001, 126-134; id. 2013, 133-135).

O primeiro destes conjuntos é articulado por um peristilo em π (nº 12), para onde abrem dois compartimentos de grande importância para a projecção da imagem social e cultural do *dominus*: uma *cenatio* privada (nº 6) e um grande *cubiculum* (nº 14). Um corredor, provido de pequenos espaços, verosimilmente destinados ao controle dos acessos, acede desde o vestíbulo, enquanto outro conjunto de compartimentos, através do nº 15 (uma espécie de *mesaulos*) permitem o acesso a outras *cellae*, conectadas quer com o peristilo central quer com o peristilo lobulado.

Este peristilo lobulado (nº 23/24) articula o segundo grande sector oriental da casa, constituindo porventura a mais interessante realização arquitectónica da casa de Cantaber. O peristilo, orientado Leste/Oeste, articula simetricamente seis espaços: duas *cellae* nos cantos orientais (nºs 22A e 28), duas *alae* que permitem o atravessamento desde o sector anteriormente referido até ao jardim (nºs 22 e 29) e dois outros compartimentos que são abertos por portas ou janelas para todos os espaços envolventes (permitindo inclusivamente a visibilidade do *triclinium* principal, através da janela que deste se abre para o peristilo; nºs 21 e 30). É neste conjunto de *diaetae* – pois disso se trata (Correia 2013, 256-258) – que o artifício arquitectónico do jogo entre espaços abertos e fechados, elemento que o programa da casa foi copiar à *domus aurea* (Fabrini 1982, 1983), melhor se manifesta (Correia 2011, 683-686).

Cerca de uma terça parte da área da casa, no extremo meridional, foi ocupado por um *viridarium* (nºs 34/49), rodeado em três dos seus lados por um pórtico (nºs 32/44/52); o quarto lado era ocupado, proeminentemente, pelo volume do *triclinium*, aberto por uma larga janela centrada num tanque (nº 41), espécie de *canopus* que cortava todo o jardim.

O lado ocidental da casa, dedicado aos serviços, é de arquitectura menos elaborada. Mostra, todavia, a preocupação em organizar um peristilo, com acesso à zona da cozinha e, por um *diverticulum* estreito, à entrada da casa, dotado de uma possível *cenatio* (nº 65) e de uma *exaedra* (nº 67). A planta da casa permitiu também criar uma zona de latrinas e um acesso à grande cozinha, que por sua vez se abre ao exterior por uma porta larga.

Globalmente, a impressão transmitida pela casa é a de uma enorme expansão de arquitectura erudita, gozando de uma disponibilidade de espaço que só pode ser considerada excepcional.

3.4 FASES EDILÍCIAS

O essencial do plano arquitectónico da casa sobreviveu sem alterações ao longo da utilização do edifício, que se estendeu até à Alta Idade Média.

No entanto a casa recebeu, em distintos momentos, algumas adições de relevo:

- num momento indeterminado, talvez no séc. II d.C. o jardim da casa foi sacrificado para a construção de umas pequenas termas privadas que, por sua vez, vieram ainda a ser remodeladas mais tarde (Reis 2015, v.1, 149-153).
- após a construção da muralha baixo-imperial da cidade, um espaço marginal à casa, originalmente parte de uma rua que ficou sem serventia, foi aproveitada pela casa para, em primeiro lugar, construir umas latrinas (Acero e Correia, n.p.) e, um pouco mais tarde, para acrescentar à zona das *diaetae*, um pequeno peristilo truncado dando acesso a duas salas elevadas.

O que não é hoje claro, por as escavações dos anos 30 do séc. XX terem presumivelmente removido sem registo os vestígios correspondentes, é a evolução ulterior tardo-romana e alto-medieval, da arquitectura. Sabe-se, todavia, que é muito provável que o tanque do peristilo central tenha sido aterrado

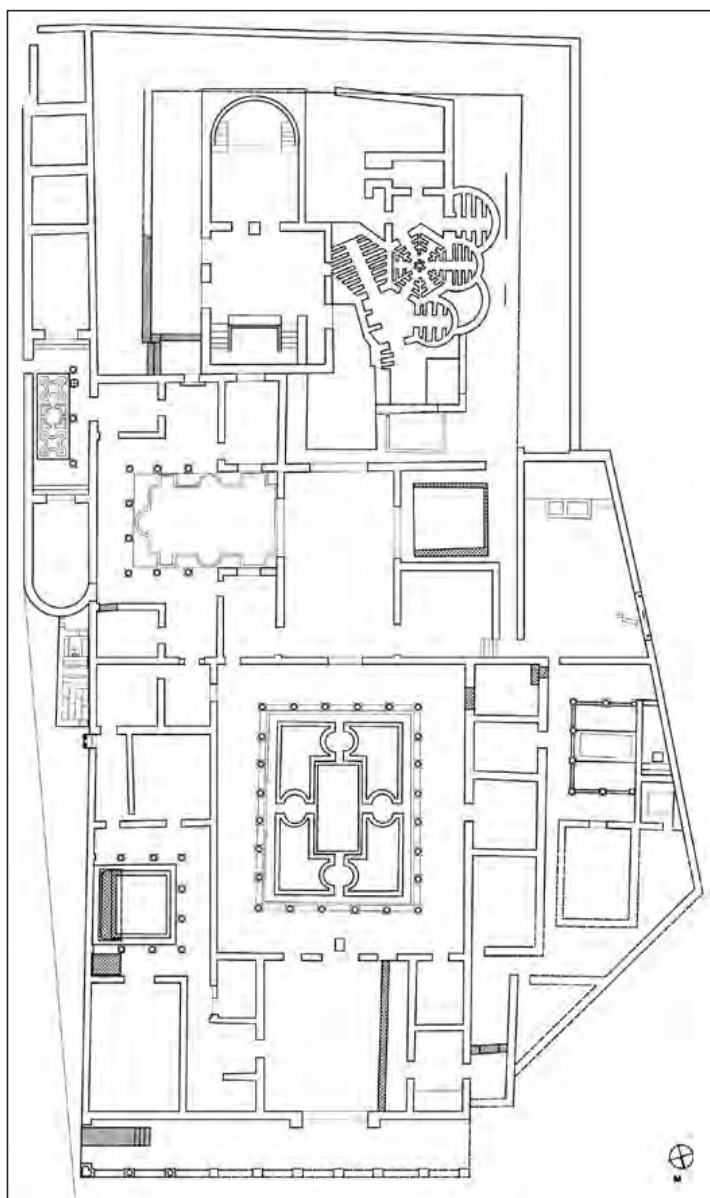


Fig. 9. Casa atribuída a Cantaber. Plano de conjunto na fase final.
©MMC/DGPC.

nas fundações da fase flaviana (Fase II), que são, via de regra, mais ligeiras e menos profundas (Correia 2001, 89-90).

Este facto pode ser explicado pela mudança de natureza do edifício entre uma e outra fase, já que na primeira delas as construções terão sido edificadas com uma preocupação pela solidez de um espaço a definir, enquanto na Fase II, o destino escolhido de residência de um único piso dispensaria maior investimento nas subestruturas.

3.6 DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA, PARIETAL E MUSIVA

O aspecto mais relevante da decoração da casa é a conservação, ainda que com grandes danos e lacunas, de partes substanciais da pavimentação musiva, programa decorativo cuja origem pode ser

após os saques suévicos de 465/468, pois no fundo deles se recolheram esqueletos aí abandonados com moedas de ouro de inícios do séc. V (Ruivo n.p.). Sabe-se também que parte da casa foi dedicada a actividades industriais, como se documenta pela existência de um forno que terá servido a um processo de refinação de ouro (Correia et al. n.p.). Não é certo, porém, se estas actividades decorrem na casa sendo ela um edifício unitário, ou se teve lugar uma desarticulação e divisão do espaço, como ocorreu na mesma época na “Casa de los mármoles” da Moreria de Mérida (Alba 2004, 236-239).

3.5 REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA EDILÍCIA

Os profundos restauros da década de 30 do séc. XX tornam muito difícil a apreciação da construção original.

Parece, todavia, que toda a casa foi construída no *opus vittatum* que é o aparelho mais comum em Conimbriga, de utilização facilitada pelas próprias características geológicas dos calcários locais utilizados.

Pode apreciar-se, em escavação, uma diferença substancial todavia, entre as construções da designada Fase I, com profundas fundações bem aparelhadas, e o menor cuidado posto

atribuída aos finais do séc. I d.C., de que alguns elementos sobreviveram, e que constitui um dos conjuntos mais antigos de produções musivárias da oficina de Conimbriga que hoje se conhecem (Oleiro 1986, 113-115; id. 1994, 273-278; Correia 2017, 128).

As características principais deste programa são a bicromia, a preferência pelo padrão geométrico e a utilização de padrões muito austeros, de clara inspiração em datas pré-imperiais.

Infelizmente, nada se conservou da decoração parietal correspondente. É, no entanto, muito significativo que, nas adições do séc. IV, e de uma forma que nessa época só poderia ser considerada “demodée”, a bicromia tenha continuado a ser adoptada nos mosaicos; a pintura que sobreviveu desta fase decorativa mostra simples painéis vermelhos delimitados a amarelo ocre, mas a extensão conservada é demasiado vestigial para uma análise aprofundada.

Mal conhecida é também a decoração arquitectónica. Sabe-se todavia que toda a casa foi decorada em *opus latericium* estucado: o material das escavações antigas na cidade conservou, sem referência exacta de proveniência, vestígios de duas séries distintas de capitéis jónicos em estuque (Alarcão 1994, 150, nº 464-465); uma delas pertenceu à Casa dos repuxos, pelo que a outra deve ter pertencido à Casa de Cantaber; vestígios recolhidos em escavações mais recentes mostram a presença de entablamentos compósitos, nalguns casos decorados por frisos de óvulo-e-dardo, decorações vegetalistas e utilização decorativa de conchas.

3.7 CONTEXTO URBANO E INSTRUMENTUM DOMESTICUM

O elemento mais representativo da Casa de Cantaber é, sem dúvida a sua dimensão: os seus mais de 3200 m² (que a colocam na gama das maiores residências de época helenístico republicana, de que é paradigmática a Casa do fauno, de Pompeia; Gros 2001, 38-77), só são superados, a nível local, pelo próprio fórum, com o qual a casa se pode comparar em 2/3 da área ocupada, quase atingindo a dimensão das grandes Termas do Sul, na sua reconstrução flavio-trajânica (supera de muito a área ocupada pelas termas na sua fase primitiva).



Fig. 10. Mosaicos da Casa atribuída a Cantaber. 1: Mosaico de C28; 2: Mosaico de C29. Foto D. Pavone © Mediaprimer /DGPC.

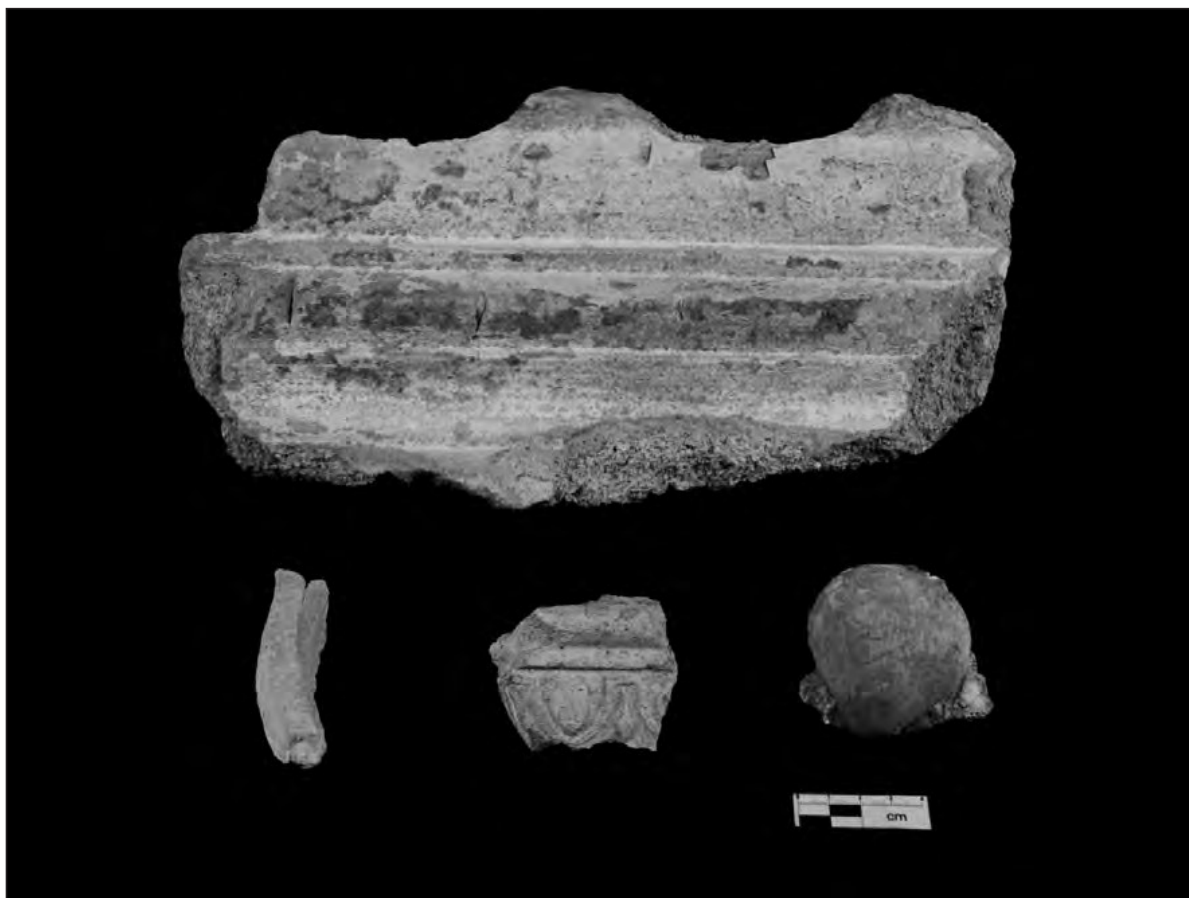


Fig. 11. Estuques moldados provenientes da Casa atribuída a Cantaber. Foto H. Rendeiro © MMC/DGPC.

A casa partilha ainda, com o fórum, uma outra característica: a estratégia de implantação urbana. O fórum flaviano foi desenhado como um *sebasteion*, um grande rectângulo rodeado por vias desimpedidas, cuja entrada se faz através de uma única porta, marcada por um *tetrapylon* que, com dois templetes laterais, desenhava um átrio foral simultaneamente imponente (era aí especialmente visível a diferença de cota entre fórum e vias circundantes) e ritmicamente animado (Etienne 2004, 40-45). A Casa de Cantaber projecta o seu enorme pórtico de entrada frente ao *trivium* central da cidade e, também ela é acedida por uma única porta, constituindo um grande polígono cego (com a única excepção da entrada de serviço, que existe sem que o conceito seja destruído). A intencionalidade desta semelhança não pode ser posta em dúvida.

A relevância económico-social da dimensão da casa e da sua representatividade dentro do tecido urbano é também marcada pela exclusividade desta residência. A Casa de Cantaber e o outro edifício que lhe é comparável, a Casa dos Repuxos, ocupam, dentro da área escavada, 44% do espaço ocupado por edifícios domésticos; mesmo considerando que, se essa área escavada abrangesse maior extensão das áreas marginais da cidade, incluindo outros edifícios de menor dimensão, essa proporção seria menor (a não ser, claro, que outras grandes residências estejam à espera de ser escavadas), o relevo social dos proprietários só poderia ser excepcional, mesmo frente aos restantes membros do *ordo decurionum*, cuja maioria das residências se encontra num limiar equivalente a menos de um terço da extensão (e, certamente, de valor económico) destas grandes casas (Correia 2013, 356-361).

4. CONIMBRIGA 3: A INSULA DO VASO FÁLICO

4.1 INTRODUÇÃO E LOCALIZAÇÃO TOPOGRÁFICA

A Insula do vaso fálico situa-se no centro da cidade romana de Conimbriga, imediatamente a sudoeste do fórum, abrindo para a rua que liga este às principais termas da cidade.

O seu plano irregular é testemunho da sobrevivência do cadastro pré-romano que ditou os seus limites e a sua divisão interna, indicando parcialmente a estrutura radial do urbanismo sidérico.

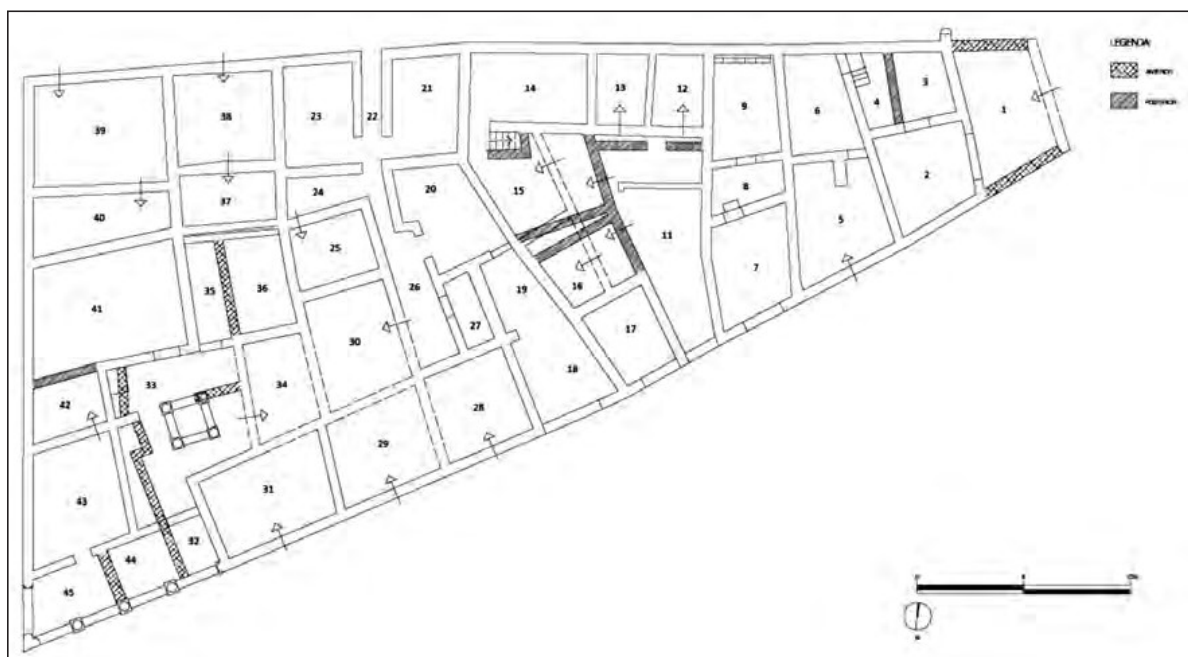


Fig. 12. Insula do vaso fálico: plano de conjunto © MMC/DGPC.



Fig. 13. Insula do vaso fálico: vista geral. Foto H. Rendeiro © MMC/DGPC.

4.2 HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

A insula foi completamente escavada no decurso das escavações Luso-francesas (1964-1971) tendo sido publicada no volume I das Fouilles de Conimbriga, com completa documentação planimétrica e estratigráfica (Alarcão e Etienne 1977, 65-81, 135-140).

Depois da sua publicação (e até à sua recensão numa obra de conjunto sobre a arquitectura doméstica da cidade[Correia 2013, 98-107]), foi mencionada, mais do que verdadeiramente estudada, em diversas ocasiões, com referências de desigual acerto: P. Gros (2001: 206-207) valoriza a promoção social associada à renovação da insula; F. Teichner (2008, 483-485) interpreta, erradamente, as casas de pátio como edifícios testudinatos; J.P. Brun (1997), Y. Peña (2010) e P. A. Pereira (2017, 115-116) interpretam o tanque da sala 41 da insula como um lagar, de azeite ou de vinho, o que não parece adequado, como já J. Alarcão e R. Etienne (1977, 162) tinham assinalado, impondo-se a interpretação como *fullonica* (Correia 2013: 101).

4.3 ARQUITECTURA

O trapézio-rectângulo desenhado pela Insula do vaso fálico foi dividido em quatro partes: as três primeiras (de Leste para Oeste) são casas-bloco, com pátios centrais (nºs 33, 20 e 11), a quarta e última foi, por sua vez dividida em três unidades funcionais/residenciais distintas. A divisão entre as unidades é feita por muros meeiros, o que abona a classificação da insula como uma unidade cadastral unitária, correspondendo as divisões a uma partição arquitectónica, funcional, e não de propriedade; é por isso natural a grande consistência global do método de construção e da aparência do edifício, na medida em que ela pode ser reconstituída.

A primeira das parcelas, a do extremo ocidental da insula, é também a de maiores dimensões. Foi, no entanto, muito sub-dividida em termos funcionais:

- A Norte, abriam-se duas *tabernae* com “retroboteghe”, de dimensão substancial (nºs 39/40 e 38/37).
- A Sul, para a rua das termas abriram-se duas *tabernae* simples (nºs . 29 e 43)
- A parte central da parcela abrigava uma grande sala, que serviu de espaço de trabalho a uma *fullonica* (nº 41), a que se ligavam três outros compartimentos, articulados por um *impluvium*, à maneira de átrio coríntio (nº 33).

As segunda e terceira parcelas têm uma estrutura muito diferente:

- Na segunda, apenas duas *tabernae* abrem para a rua das termas (nºs 28 e 29), a sul, ao lado das quais uma entrada desenhada como *fauces* de planta irregular dá acesso a um pequeno pátio (nº 20) que articula seis compartimentos de distintos tamanhos, servidos ainda por uma estreita entrada desde a via que limita a insula do lado setentrional.
- Na terceira a taberna é só uma (nº 17) e os compartimentos são apenas cinco; não há entrada traseira.

O extremo oriental da insula é de interpretação especialmente complexa: três unidades residenciais podem fazer uma única parcela, ou constituírem unidades realmente independentes, e a sua função urbana pode ter estado estritamente associada entre si ou, de forma simétrica, ter sido também independente:

- a primeira unidade é constituída por três salas em ligação axial (nºs 7, 8 e 9), planta que outras considerações levam a considerar como pertencente ao modelo localmente adoptado para as *scholae*

(Correia 2016, 350-351). A sala do fundo é provida de um banco na parede e, no seu solo, foi encontrado um vaso fálco, aparentemente ocultado ritualmente (Alarcão 1975, 95).

- a segunda unidade é constituída por duas salas, uma das quais mostra um pavimento em *opus signinum* com marcação para *triclinia*, algo que é também conhecido nos mesmos contextos funcionais (Correia 2016, 353).
- a terceira unidade é constituída por três salas, uma delas com uma adega e outra com um pavimento em lageado abrindo directamente para a rua.

Estes elementos são significativos no contexto da discussão do contexto urbano em que a insula se insere.

4.4 FASES EDILÍCIAS

As fases edilícias identificadas na insula não são planimetricamente muito significativas.

No extremo oriental da insula uma sala foi sacrificada à construção do fórum flaviano e ao desafrontamento das vias circundantes (Alarcão e Etienne 1977, 137-138). No outro extremo, aparentemente na mesma época, a primeira parcela da insula, a *fullonica*, foi precedida por um pórtico aberto na fachada.

A terceira parcela sofre algumas modificações em data imprecisa, talvez no séc. III d.C., mas globalmente a estrutura da insula manteve-se inalterada, desde a sua construção em época claudiana até à sua demolição no séc. VI, quando é substituída por outro edifício, alinhado com o fórum (op. laud. 166-169).

4.5 REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA EDILÍCIA

A substituição da construção, em adobe sobre base de pedra ligada por barro, por pedra ligada por argamassa de cal, em época claudiana, é bem demonstrada na insula do vaso fálco. Esta substituição, todavia, não encontra qualquer eco numa renovação do conceito arquitectónico da casa-bloco com pátio central, que é o que se conhece da arquitectura doméstica da Idade do Ferro na cidade e, por outro lado, é também o aspecto dominante da arquitectura popular da região, ainda hoje.

Este dado arqueo-etnográfico é importante para qualquer exercício académico de restituição das volumetrias originais.

Do ponto de vista construtivo, os materiais locais, os vários tipos de calcário disponíveis, adaptam-se bem a uma construção cujo aparelho oscila entre o que pode considerar como *opus incertum* ou como *opus vittatum* (não especialmente cuidado; Correia 2003, 30); a argamassa de cal liga as camadas e estende-se para a superfície do muro, num reboco ligeiro que nem sempre cobre completamente as superfícies, mas é o suficiente para receber uma pintura com cal, por vezes colorida com ocre.

A decoração está ausente destas construções.

4.6 CONTEXTO URBANO E *INSTRUMENTUM DOMESTICUM*

É bastante claro que a insula do vaso fálco, colocada na principal rua da cidade entre o fórum e as principais termas da cidade, ofereceu aos habitantes um complexo conjunto de funções urbanas, algumas delas tipicamente romanas, num quadro arquitectónico que decididamente não o é.



Fig. 14. Tanques da fullonica da Insula do vaso fático. Foto J. P. Ruas ©ADF/DGPC.

A presença de uma *fullonica*, (Correia 2013, 100-103) adequadamente próxima das termas, está precisamente no âmbito dessas necessidades sociais que a vida ao modo romano adoptada na cidade criou.

Mas talvez o conjunto de unidades situadas na parcela oriental da insula, se de facto constituíram uma unidade funcional complexa, se revista de maior importância.

No seu conjunto (reunião num complexo de três salas alinhadas, como evidência de aparato arquitectónico e presença de rituais; dispositivos destinados a refeições, possivelmente comunitárias), a sua associação às actividades de *collegia* são muito sugestivas (Dunbabin 2003, 92-102). É ainda de notar a sua posição junto a uma esquina do fórum, num local que sempre foi nodal na cidade e fronteiro a um ponto, na insula oposta, onde foi possível sugerir a presença de um local de culto compitalício (Alarcão e Etienne 1977, 71; cf. Lott 2004, 12-27). Esta questão prende-se com a definição possível para os *vici* documentados epigraficamente em Conimbriga: seriam *vici* dispersos no território ou *vici* urbanos (Correia e De Man 2010, 300-301), nesta segunda hipótese muito provavelmente relacionados com o fenómeno de *contributio* a que a cidade assistiu (Bendala 2004, 27-29), possivelmente sob Augusto.

5. CONIMBRIGA 4. A CASA DOS ESQUELETOS

5.1 INTRODUÇÃO E LOCALIZAÇÃO TOPOGRÁFICA

A Casa dos esqueletos ocupa uma posição marginal numa das insulas do *vicus novus* de Conimbriga, afastada da via principal, mas próximo das termas da muralha; é provável que a ocupação ordenada desta zona seja de época flaviana ou posterior (Correia 2004, 273-274).

A sua implantação é, todavia, privilegiada graças ao destaque que a rua de acesso e uma pequena via transversal, que a dividia das termas, lhe conferiu, permitindo o desenvolvimento diferenciado de duas fachadas exteriores.

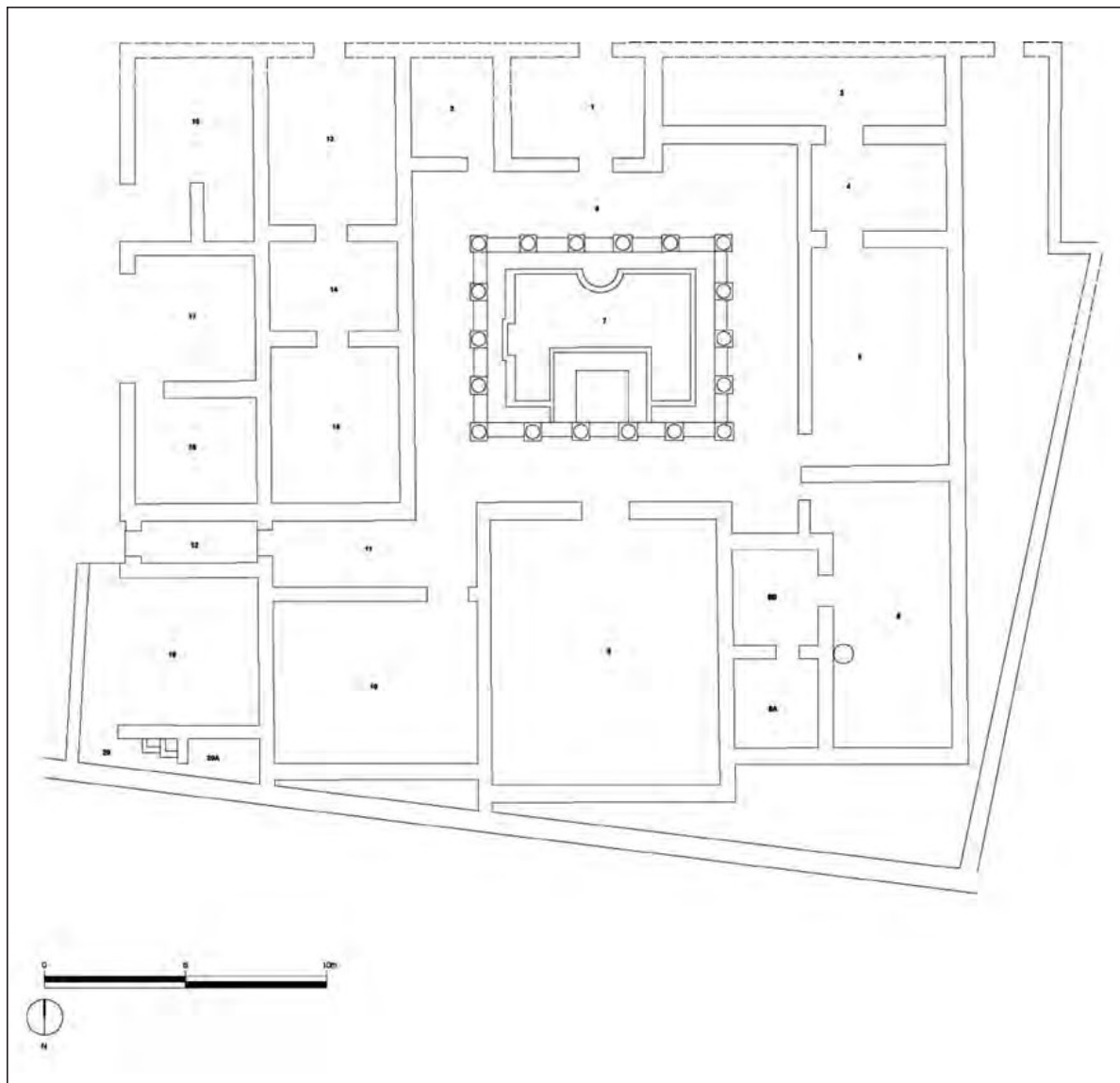


Fig. 15. Casa dos esqueletos: plano de conjunto © MMC/DGPC.

5.2 HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

Escavada entre 1939 e 1944 pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN 1948), a casa foi ainda objecto de alguns trabalhos associados ao restauro de mosaicos (DGEMN 1964) e, posteriormente, a sua escavação foi completada por Jorge de Alarcão entre 1962 e 1967 (Alarcão 2010, 47-63).

Outras análises da arquitectura foram levadas a cabo já no séc. XXI (Correia 2013; id. 2016).



Fig. 16. Casa dos esqueletos: vista geral. Foto J. P. Ruas © ADF/DGPC.

5.3 ARQUITECTURA

A casa dos esqueletos é uma residência da gama média-alta da arquitectura doméstica de Conimbriga, que ocupa uma parte significativa de uma insula encaixada entre um monumento de grandes dimensões que pode ter sido o fórum municipal da cidade e uma rua que dava acesso a uma das termas públicas da cidade (as Termas da muralha) de que se separa através de uma pequena travessa. O edifício ocupa cerca de 850 m², de que um quinto foi reservado para outros usos que não a residência principal.

A unidade central da insula articula-se através de um eixo central *vestibulum/peristylum/oecus triclinium*, com o jardim do *impluvium* tratado com grande elegância com uma pequena área de jardim e um simples arranjo de água circulante; de uma ala do peristilo um pequeno *mesaulos* permite aceder ao grande *cubiculum* ou directamente ao exterior. Na sua simplicidade, este plano arquitectónico, onde o par *triclinium/cubiculum* (n^{os} 9/10) desempenha um papel destacadíssimo, é muito característico da arquitectura da cidade (Correia 2014, 1113), onde se vê plasmado a muito diferentes níveis de requinte e qualidade de execução, mas que aqui tem a sua máxima expressão. Para além disto, a área propriamente habitacional da casa é pequena e incaracterística.

As unidades independentes anexas mostram um planeamento arquitectónico singular:

- Em primeiro lugar, uma unidade composta por três salas em arranjo axial (n^{os} 13-15), com a mais interior forrada a mosaico, mostra o plano arquitectónico típico das *scholae*, com uma forte possibilidade de esta identificação estar, neste caso específico, corroborada por evidência epigráfica (Correia 2016, 348-349).

- Abrindo para a travessa que divide a casa das Termas da muralha, encontram-se três unidades isoladas, que parecem ter funcionado como *cauponae* (n^{os} 16, 17-18 e 19-20; Correia 2013, 169-173; cf. Kleberg 1957, 24-25).



Fig. 17. Tanques de uma das *cauponae* da Casa dos esqueletos. Foto J. P. Ruas © ADF/DGPC.

5.4 FASES EDILÍCIAS

A casa não oferece um faseamento imediatamente reconhecível para a sua construção, parecendo ser o produto de uma única intervenção, sobrevivendo sem modificações até à sua demolição em finais do séc. III ou inícios do séc. IV, para a construção da muralha baixo-imperial.

5.5 REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA EDILÍCIA

Muito alterada por restauros na década de 40, a casa não mostra particularidades de nota na sua construção.

Saliente-se, todavia, que um aspecto localizado na área de serviços é elucidativo: uma coluna em tijolo, encostada a uma parede, tem como única justificação técnico-arquitectónica para a sua construção, a sua eventual utilização como suporte de um patim de escada para aceder a uma mezanino (que, por sua vez, explicaria a aparente reduzida extensão da área de serviços, que desta forma seria duplicada; Correia 2013, 242-245).

5.6 DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA, PARIETAL E MUSIVA

Nada se conhece da eventual decoração arquitectónica da casa e o que resta da sua decoração parietal é extremamente vestigial e não permite reconstituir qualquer parte de um esquema maior. Ambos factos são, certamente, fruto da demolição que a casa sofreu em finais do séc. III.

A decoração musiva, por esse mesmo facto e em contraste, sobreviveu bastante bem, ainda que a posterior localização de uma necrópole tardo-romana e alto-medieval, que deu o nome à casa, tenha destruído bastante da evidência (casos do *vestibulum* e do *peristilo*).

Os mosaicos sobreviventes são característicos da produção conimbrigense na 2ª metade do séc. III, com um recurso muito acentuado ao “trompe l’oeil”, seja volumétrico (Oleiro 1986, 117); seja colorístico (imitação de mármore; Pessoa 2014, 25-41).

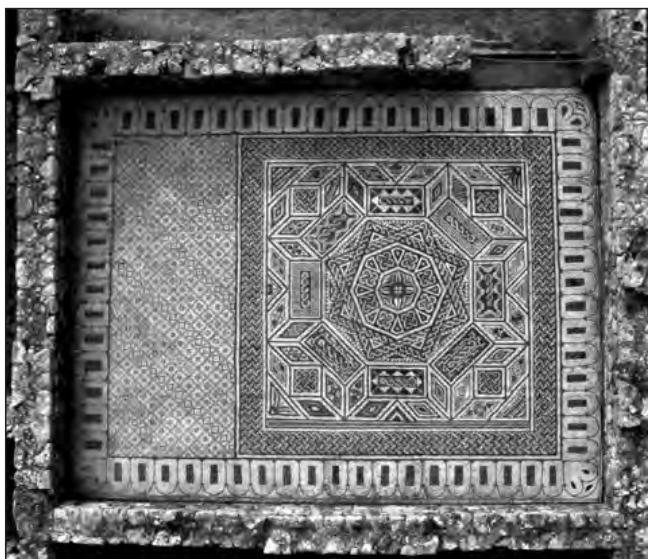


Fig. 18. Mosaico do cubiculum da Casa dos esqueletos. Foto D. Pavone © Mediaprimer/DGPC.

5.7 CONTEXTO URBANO E INSTRUMENTUM DOMESTICUM

A casa dos esqueletos mostra, na sua implantação e na sua morfologia, a percolação das práticas sociais romanas em distintas camadas da sociedade.

A casa, não é, de facto, de muito grandes dimensões: a capacidade económica do seu proprietário seria, por conseguinte, digna de nota, mas não excepcional.

A casa situa-se numa zona central, mas numa posição não privilegiada: o papel social do proprietário acompanharia sem dúvida essa situação.

O plano da casa mostra uma preocupação assinalável com a projeção da imagem desse proprietário (*triclinium* e *cubiculum* com mosaicos), mas no quadro de um conjunto arquitectónico polimórfico: a associação à *schola* e a *cauponae*, nas subtis diferenças de ênfase que a sua respeitabilidade social ofereceriam, mostram precisamente o aspecto volátil de que a afirmação social das elites urbanas de Conimbriga padecia, especialmente quando feita (e lida) através da arquitectura doméstica.

BIBLIOGRAFIA

- ACERO PÉREZ, J.; CORREIA, V. H. n.p.: “The latrines in the house attributed to Cantaber in Conimbriga, Portugal”. *25th European Association of Archaeologists Annual Meeting*. Berna, no prelo.
- ALARCÃO, A. 1994: *Conimbriga. Coleções*. Lisboa.
- ALARCÃO, J. 1975: *Fouilles de Conimbriga V. La céramique commune locale et régionale*. Paris.
- ALARCÃO, J. 2011: *As casas da zona B de Conimbriga*. Coimbra.

- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R. 1977: *Fouilles de Conimbriga I, L'architecture*. Paris.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R. 1981: "Les jardins à Conimbriga (Portugal)". *Ancient Roman Gardens*. (Seventh Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture), Dumbarton Oaks, 69-80.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A. M.; PONTE, S. 1979: *Fouilles de Conimbriga VII, Trouvailles diverses, conclusions générales*. Paris
- ALARCÃO, P. 2018: *Conimbriga. Para além da ruína*. Porto.
- ALBA CALZADO, M. 2004: "Evolucion y final de los espácios romanos emeritenses a la luz de los datos arqueológicos". Nogales Basarrate, T. (ed.) *Augusta Emerita. Territorios, espácios, imágenes y gentes en Lusitania romana*. Mérida, 207-256.
- BENDALA GALÁN, M. 2004: "Conimbriga en la transformación urbana de la Hispania protohistórica a la romana". Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa, 13-34.
- BRUN, J.-P. 1997a: "Um primeiro moinho hidráulico romano na Península Ibérica, em Conimbriga". In *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa, 30-31.
- BRUN, J.-P. 1997b: "La production de l'huile et du vin en Lusitanie romaine". *Conimbriga* 36, 45-72. https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_36_3
- CORREIA, V. H. 2001: "Conimbriga. Casa atribuída a Cantaber. Trabalhos arqueológicos 1995-1998". *Conimbriga* 40, 83-140.
- CORREIA, V. H. 2003: *Conimbriga. Guia das Ruínas*. Lisboa.
- CORREIA, V. H. 2004 "Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.- III d.C.)". Lopes, M. C. e Vilaça, R. (coord.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra, 261-298.
- CORREIA, V. H. 2011: "Metropolitan artistic models in Lusitania: the examples of the domestic architecture of Conimbriga (Portugal)". Basarrate, T. N. e Rodá, I. (eds.) *Roma y las provincias: modelo y difusión* (Actas del XI Congreso Internacional de Arte Romano Provincial). Mérida, vol. 2, 681-691.
- CORREIA, V. H. 2012: *A memória das pedras*. Conimbriga.
- CORREIA, V. H. 2014: "The houses of Conimbriga (prov. Lusitania, Portugal): Roman architecture and pre-roman urbanism". *Centro y periferia en el mundo clásico* (Actas del XVII Cong. Int. Archeologia Clássica). Mérida, vol. 2, 1111, 1115.
- CORREIA, V. H. 2016: "A presença dos espaços de reunião no tecido urbano: o caso da cidade de Conimbriga (prov. Lusitania, Portugal)". Rodríguez Gutierrez, O.; Tran, N.; Soler Huertas, B. (eds.) *Los espacios de reunion de las asociaciones romanas*. Sevilla, 345-357.
- CORREIA, V. H. 2017: "The Mosaics of Conimbriga (Prov. Lusitania, Portugal). New Observations on the Activity of their Workshops and on their Decorative Programs". *Journal of Mosaic Research* 10, 125-160.
- CORREIA, V. H.; Alarcão, P., 2008: "Conimbriga: um ensaio de topografia histórica". *Conimbriga* 47, 31-46.
- CORREIA, V. H.; De Man, A. 2010: "Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território". Corsi, C. e Vermeulen, F. (eds.) *Changing landscapes: the impact of Roman towns in the western Mediterranean*. Évora, 299-309.
- CORREIA, V. H.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, R. n.p.: "Caracterização das actividades metalúrgicas na Casa atribuída a Cantaber (Conimbriga, prov. Lusitania, Portugal)". *XIII Congresso Ibérico de Arqueometria*. Faro, no prelo.
- DE LAINE, J. 1995: "The Insula of the Paintings at Ostia i.4.2-4: paradigm for a city in flux". Cornell, T. J. e Lomas, K. (eds.) *Urban society in Roman Italy*. Londres.
- DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1948: *Ruínas de Conimbriga*. (Boletim Monumentos, nº 52-53). Lisboa.
- DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1964: *Ruínas de CONIMBRIGA-Restauração de mosaicos*. (Boletim Monumentos, nº 116). Lisboa.
- DUNBABIN, K. 2003: *The Roman banquet. Images of conviviality*. Cambridge.

- ETIENNE, R. 2004: "Conimbriga et le culte imperial". Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa, 35-45.
- ETIENNE, R.; Fabre, G.; Lévêque, P. e M. 1976: *Fouilles de Conimbriga II, Epigraphie et sculpture*. Paris.
- FABRINI, L. 1982: "Domus Aurea: il piano superior e del quartiere orientale". *Memorie della Pontificia Accademia Romana di Archeologia*, vol. XIV, 5-24.
- FABRINI, L. 1983: "Domus Aurea: una nova lettura planimetrica del palazzo sul colle Opio". *Città e Architettura della Roma Imperiale* (Analecta Romana Instituti Danici, Supplementum X). Odense, 169-185.
- FERRÃO, L. 1996: "A casa de Cantaber". Maciel, M. J. (coord.), *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa, 189-232.
- GIRRI, G. 1956: *La taberna nel quadro urbanístico e sociale di Ostia*. Roma.
- GROS, P., 2001: *L'architecture romaine 2. Maisons, palais, villas et tombeaux*. Paris.
- KLEBERG, Y. 1957: *Hôtels, restaurants et cabarets dans l'antiquité romaine: études historiques et philologiques*. Uppsala.
- LOTT, J. B. 2004: *The neighborhoods of Augustan Rome*. Cambridge.
- MANTAS, V. G. 2012: *As vias romanas da Lusitânia*, Mérida.
- OLEIRO, J. M. B. 1986: "Mosaico romano". Alarcão, J. (coord.) *História da Arte em Portugal, Vol 1, Do Paleolítico à arte visigótica*. Lisboa, 111-128.
- OLEIRO, J. M. B. 1994: "O tema do labirinto nos mosaicos portugueses". *VI Coloquio Internacional sobre Mosaico Antigo*. Palencia, 273-278.
- PEÑA CERVANTES, Y. 2010: *Torcularia. La producción de vino y aceite en Hispania*. Barcelona (Documenta 14).
- PEREIRA, P. A., 2017: *O vinho na Lusitânia*. Porto.
- PESSOA, M., 2014: *Imitação de "mármore" em mosaico romano de Conimbriga*. Condeixa.
- RAPOPORT, A., 1990: "Systems of activities and systems of settings". Kent, S., (ed.) *Domestic architecture and the use of space*. Cambridge, 9-20.
- REIS, M. P. M. 2015: *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia* (Tese de doutoramento). Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/27119>
- RUIVO, J. n.p. : "O tesouro de solidi das escavações de 1929". Ruivo, J. e Correia, V. H. (eds.) *Conimbriga diripitur. Aspectos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*. Coimbra, no prelo.
- SALIOU, C., 2007: "Entre public et privé: la rue. Données archéologiques, l'exemple des trottoirs de Pompéi". Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim*. Paris, 81-85.
- TRANOY, A. 1974: *Hydace. Chronique* (Sources Chrétiennes, 218-219). Paris.

Este volumen es fruto del proyecto de investigación del Plan Nacional de I+D: *La arquitectura romana de la Lusitania. Producción y economía de los procesos de perduración, transformación e innovación técnica* (HAR2015-64392-C4-3-P1 , desarrollado entre 2016 y 2019).

Dividido en ocho diferentes capítulos presenta una aproximación a la arquitectura doméstica de la Lusitania en época romana con una reflexión de carácter general sobre la metodología empleada en el análisis de los contextos arqueológicos de la región y una presentación de los objetivos principales del proyecto citado. Una puesta al día de las investigaciones sobre los límites de la Lusitania, su problemática territorial y el análisis de las transformaciones históricas de los procesos de gestión jurídica y administrativa introducen el corpus principal del trabajo que intenta recopilar, de forma homogénea, el mayor número posible de evidencias arqueológicas de arquitectura doméstica. Cierran el volumen una serie de trabajos específicos sobre distintos aspectos del tema general tratado, entre ellos la decoración interna de las casas, la comparación entre elementos arquitectónicos de la arquitectura pública y privada, la economía y los espacios productivos y la arquitectura doméstica tardía.